



Ata da trecentésima quinquagésima quinta reunião do Conselho Municipal de Saúde de Conselheiro Lafaiete, realizada aos vinte e seis dias do mês de maio de dois mil e vinte e dois, na cidade de Conselheiro Lafaiete em caráter ordinário. Em função da pandemia e da necessidade de distanciamento social a reunião foi realizada por meio virtual. Tendo registrado quórum, o conselheiro Roberto iniciou a reunião apresentando a pauta única de reunião para avaliação de Parecer 010/2022 que avaliou o Plano Municipal de Saúde (PMS) para o período 2022 – 2025. O conselheiro Sr. Alberto solicitou fala para expor pontos que considera extremamente importantes e que tem preocupado como consequência da falta de apresentação de instrumentos de gestão do município e a total ausência de apresentação, por parte da Secretaria de Saúde de planos de trabalho e avaliações ao Conselho de Saúde. Informou que o município deixa transparecer a falta de humanização nas suas metas direcionadas ao ser humano. Não existe transparência nas suas prioridades e no conceito das necessidades da população. Disse que Conselheiro Lafaiete é uma cidade com população estimada superior a 130 mil habitantes, desenvolvendo o papel de atendimento a várias cidades vizinhas tornando-se centro pólo de diversas cidades do Alto Paraopeba no tratamento da Saúde. Disse que percebe não existe nenhuma abordagem às necessidades como Fortalecimento da Atenção Primária, a partir da ampliação dos atendimentos nos Centros de Saúde, do reforço da Estratégia Saúde da Família e dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família e da realização de investimentos em práticas integrativas. Fortalecimento da Atenção Hospitalar, da Atenção Ambulatorial Especializada, da Atenção de Urgência e Emergência, da Rede de Saúde Mental e da Odontologia Hospitalar. Informou não visualizar preocupação com um suporte à implantação do Plano Municipal de Saúde e aprimoramento dos investimentos e da prestação de serviços de atendimento à saúde, com humanização dos serviços, qualificação e capacitação dos profissionais atendentes. Que as ações são executadas sem planejamento e mais grave sem o conhecimento u aprovação do Conselho, uma determinação legal e que poderá acarretar em reprovação dos relatórios de gestão. Não observa preocupação com a ampliação dos investimentos para informatização dos sistemas da rede municipal de saúde pública e implantação do prontuário eletrônico, enfatizando a informação em saúde para o planejamento de ações mais assertivas e que atendam a necessidade da população. Não há aprimoramento dos investimentos no atendimento de urgência e emergência, com implementação de novos suportes e recursos para o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – Samu, fortalecimento da vigilância epidemiológica, com a promoção de ações de prevenção e combate a doenças endêmicas, aos agravos relacionados à saúde do trabalhador e identificação e investigação precoces de agravos inusitados e/ou eventos de interesse da saúde, fortalecimento das ações de imunização, com a promoção de ações de prevenção e combate a doenças infecciosas/transmissíveis. Também não observa adoção de estratégias intra-setoriais e intersetoriais para promoção à saúde, com o objetivo de reduzir a mortalidade prematura por acidentes ou doenças não transmissíveis e seus principais fatores de risco modificáveis, tabagismo, alimentação não saudável, inatividade física/sedentarismo e uso

nocivo de álcool, e de assegurar uma vida saudável e com bem-estar para todos em todos os ciclos de vida, fortalecimento da vigilância sanitária, com a promoção de ações de prevenção à exposição aos riscos sanitários de produtos, serviços e meio ambiente, fortalecimento e aperfeiçoamento das atividades de vigilância, prevenção e controle de zoonoses e de combate a agravos vinculados à fauna sinantrópica e urbana, com investimento nas atividades de controle de vetores e manejo da fauna urbana, incluindo a implantação de metodologias e incorporação de tecnologias para aumentar a capacidade de análise de risco e planejamento de intervenções oportunas para redução de risco. Também percebe a ausência de adoção de estratégias de combate à mortalidade materna, neonatal e infantil, busca ativa da gestante ou puérpera que não iniciar ou que abandonar as consultas de pré-natal e de pós-parto, bem como possibilidade de acesso integral aos serviços de pré-natal, parto e pós-parto humanizado e a implementação de práticas baseadas em evidências na atenção à gestação, ao parto, ao nascimento, ao puerpério e às situações de perda gestacional ou morte fetal nas maternidades do Sistema Único de Saúde -SUS - e a criação de núcleos ou casas de apoio e acolhimento à gestante, junto aos Centros de Saúde .Atendimento com atenção especial a crianças, adolescentes, jovens, mulheres, idosos, pessoas com deficiência e pessoas com doenças raras. Também disse não perceber o estabelecimento de políticas, planos, programas e serviços que atendam especificamente a primeira infância, visando ao seu desenvolvimento integral, promoção do acesso a ações e serviços para efetivação, proteção e recuperação da saúde da criança e do adolescente, inclusive daqueles com deficiência, que necessitem de tratamento, habilitação ou reabilitação, conforme necessidade específica, e daqueles encaminhados pelo sistema sócio educativo, promoção de ações para implantação, organização e expansão do Protocolo de Humanização no Atendimento às Vítimas de Violência Sexual e de serviços de atendimento público específico e especializado para a atenção integral à saúde de mulheres e vítimas de violência doméstica em geral. Observou a ausência de aprimoramento das políticas inclusivas e da rede de atendimento para as pessoas com deficiência, com a ampliação das formas de tratamento, de serviços de reabilitação e acessibilidade aos serviços de saúde .Promoção do acesso da população, especialmente dos diabéticos e hipertensos, aos medicamentos e insumos necessários ao controle médico e aos tratamentos de saúde .Promoção de ações para o combate ao suicídio, inclusive com realização de campanhas educativas e palestras com a participação de instituições que realizem trabalhos para esse fim .Capacitação dos profissionais das equipes de saúde mental e ampliação do número de atendimentos na Rede de Atenção Psicossocial, com o objetivo de atender a população, considerando-se o contexto epidemiológico do Município. Promoção de ações para a implantação da Odontologia Hospitalar na Rede Municipal de Saúde. Fortalecimento e ampliação de investimentos em atendimentos cardiológicos na Rede Municipal de Saúde .Promoção de programa de desenvolvimento e aprimoramento de plataforma digital para

agendamento, acompanhamento e monitoramento dos pacientes do SUS Promoção de ações de formação, educação permanente e capacitação para trabalhadores da Saúde , que integram a equipe de saúde da família. Fortalecimento do cuidado em saúde bucal, garantido o acesso da população às ações de proteção, promoção, prevenção e recuperação. Promoção de análise da necessidade de leitos do Município, levando em consideração a população própria e a população dos Municípios que possuem pactuação com Conselheiro Lafaiete, estabelecendo diálogos com os fóruns bipartite e tripartite de decisão do SUS, buscando viabilizar recursos, de modo a garantir o acesso dos usuários aos leitos hospitalares em tempo oportuno. Promoção do acesso a ações e serviços para a proteção à saúde reprodutiva e sexual das mulheres. Aperfeiçoamento e ampliação das medidas de bem-estar animal nos procedimentos cirúrgicos de esterilização de cães e gatos realizados nos centros de esterilização de Conselheiro Lafaiete. Aprimoramento da rede de atendimento para o tratamento de crianças e adolescentes com doenças raras Fortalecimento de políticas de promoção de saúde mental para a população em situação de rua. Fortalecimento do Conselho Municipal de Saúde e de todas as suas instâncias deliberativas, respeitando o papel constitucional do controle social. Promoção do abastecimento de medicamentos seguros nos estabelecimentos da Rede Municipal de Saúde, bem como do acesso a eles pela população. O conselheiro Sr. Amarílio fez uma proposta para plenária , encaminhamento de carata ao Ministério da Saúde comunicando como está a saúde Conselheiro Lafaiete pela falta de transparência em apresentar os dados em conformidade e a falta de avaliação do PPA , LDO , LOA , RDQA, PAS e RAG. Conselheiro Roberto cita que não tem mais condições de fazer reuniões com a secretária de Saúde, pois apesar de inúmeras explicações dadas pelo Controle Social os erros permanecem ou até pioram. Da a impressão de que o município não avalia os impactos que as ações poderão ocasionar ou mesmo as consequências. Informou que falta muita transparência nas ações da saúde, em especial na Atenção Básica. Colocado em votação o parecer 010 foi aprovado pela Plenária com um voto contrário do conselheiro Glayson. Também foi aprovado o encaminhamento de correspondência proposta pelo conselheiro Amarílio ao Ministério da Saúde. O conselheiro Roberto informou que Câmara Municipal será informada da decisão da Plenária. Tendo atingido o horário regimental, a reunião foi encerrada e o presente ata será lavrada e, após lida e aprovada, será assinada por todos. Conselheiro Lafaiete, 26 de maio de 2022.